

# ECONOMIA

ALÉM DA NOTÍCIA

## Renegociação para valer

O presidente do Banco Central, à frente de uma delegação de técnicos da instituição, se encontra nos Estados Unidos, onde, em Washington, relatou ao Federal Reserve, ao BID e ao Banco Mundial, os termos do novo acordo firmado entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional — FMI — e em Nova Iorque reúne-se com os principais representantes do comitê de assessoramento para a renegociação da dívida externa brasileira, com a intenção de fixar as efetivas necessidades de recursos do Brasil, para fechar suas contas externas no corrente ano, sem os vexames de agora, e começar a negociar novo “jumbo”.

No final do ano passado, quando as autoridades recorreram à ajuda do FMI, elaboraram um documento indicando as necessidades de recursos para o País regularizar suas contas em 1983, e os distribuíram em quatro projetos, os quais apresentaram ao mercado financeiro internacional como fato consumado. Diversos erros de avaliação, não só do montante efetivamente necessário, como da disposição dos bancos europeus e norte-americanos (de segunda linha) em sustentar a posição brasileira, além de uma boa dose de auto-suficiência, retratada na expectativa de que o sistema bancário prontamente restabeleceria os fluxos de créditos comerciais e interbancários, resultaram no fracasso dos projetos 3 e 4.

Agora, que nova tentativa é feita, é preciso que as autoridades se apresentem perante os banqueiros com uma proposta concreta, para que, desta vez, a renegociação seja para valer. Tão difícil ficou a situação do Banco Central e seus negociadores junto ao mercado, que a expectativa é de que o próprio comitê de assessoramento assumira, efetivamente, as rédeas da discussão, e decida de quanto realmente vamos necessitar para girar nossa elevada dívida externa.

Fala-se na necessidade de um novo empréstimo financeiro na faixa dos US\$ 3,6 bilhões, que seriam suficientes para compensar a não-implementação dos projetos 3 e 4 (de créditos comerciais e interbancários). Porém o próprio Ministro da Fazenda, em recentes declarações à imprensa, deixou claro que as necessidades são maiores, ao admitir que o déficit em conta-corrente terá de ser reajustado de US\$ 6,9 bilhões estimados inicialmente para US\$ 8,0 bilhões, em razão da superestimativa do volume de investimentos externos de risco: projetou-se US\$ 1,5 bilhão, mas dificilmente o ingresso efetivo superará os US\$ 500,0 milhões.

Além disso, a conta de juros é maior do que a prevista no final do ano passado, e os atrasos já somam cerca de US\$ 2,2 bilhões, neste valor incluídos os US\$ 400,0 milhões não honrados junto ao Banco para Compensações Internacionais — BIS. O próprio superavit de caixa, bem menor do que o registrado contabilmente pela Cacex, também contribuirá para que, no encerramento do exercício, as necessidades efetivas de recursos sejam maiores. Tudo isso precisa ser bem pesado, para evitar nova frustração.

MILANO LOPES